



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

Aos dezessete, dezoito e dezenove dias do mês de agosto do ano de mil e novecentos e noventa e cinco, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, reuniu-se o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, regularmente convocado, para apreciar as propostas apresentadas sobre o Projeto de Lei do Estatuto da Magistratura, em tramitação no Congresso Nacional. No dia 17, às dezenove horas e trinta minutos, instalou-se solenemente a reunião do Colégio, no Edifício do Juri Wilson Cunha, em sessão do egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, sob a Presidência do Exmo. Sr. Dr. Desembargador Antônio Elias Queiroga. O Desembargador Plínio Leite Fontes, em nome da corte local, saudou os participantes, ressaltando a importância do evento e manifestando a alegria do Estado em sediar o certame. O Exmo. Sr. Dr. Alcino Vilarim, DD. Procurador Geral de Justiça do Estado, em nome do Ministério Público Estadual cumprimentou os visitantes e salientou a oportunidade do tema em relação ao momento histórico do Judiciário Brasileiro. O Exmo. Sr. Dr. Afrânio Melo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Paraíba, ressaltou o entendimento e o apoio da nobre classe dos Advogados para com o Poder Judiciário e seus membros. Em nome do Colégio de Presidentes, usou a palavra o eminente Desembargador José Fernandes Filho, DD. Presidente de sua Comissão Executiva, lembrando, num esforço histórico, a figura de João Pessoa, sua altivez, determinação e coragem, que são características do povo paraibano. O Exmo. Sr. Dr. Desembargador Antônio Elias de Queiroga desejou boas vindas ao Colégio e pleno êxito em seus trabalhos, colocando o Tribunal de Justiça do Estado e seus serviços à disposição do Colégio, encerrando, em seguida, a sessão. No dia dezoito, às dez horas, os trabalhos se reiniciaram na Sala de Convenções do Ouro Branco Praia Hotel sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. O preclaro Ministro José Néri da Silveira, do egrégio Supremo Tribunal Federal, representado a excelsa corte, externou sua satisfação em participar de tão significativo conclave que reúne os legítimos representantes dos Poderes Judiciários Estaduais. Discorreu sobre o Projeto do Estatuto da Magistratura, realçando o seu caráter nacional, bem como das linhas mestras que o inspiraram, como a formação do magistrado, desde os cursos de bacharelado, o fortalecimento e a institucionalização das Escolas da Magistratura, a autonomia do Poder Judiciário e a independência dos magistrados, tudo contribuindo para o melhor cumprimento do seu objetivo fundamental de servir o povo, dispensando-lhe a mais perfeita prestação jurisdicional. Abordou ainda importantes temas como o Banco Nacional de Dados, o Controle Administrativo e Disciplinar do Poder Judiciário, expressando total sucesso nos trabalhos do Colégio. O insigne Ministro Romildo Bueno, do egrégio Superior Tribunal de Justiça e atualmente seu Presidente, ressaltou o histórico compromisso da corte que preside de não se afastar dos assuntos que interessam ao Poder Judiciário Nacional, lembrando inolvidável lição do Ministro João Mendes sobre as características do juiz brasileiro e a importância dos serviços correccionais, dizendo, ao final, desejar



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

absoluto proveito do certame. O Desembargador Antônio Elias Queiroga passou a presidência dos trabalhos ao Desembargador José Fernandes Filho, que, inicialmente, agradeceu a fidalga acolhida recebida e o apoio da ilustre Desembargadora Clara Leite Rezende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, possibilitando a confecção do material necessário à reunião. A seguir discorreu sobre as principais atividades da Comissão Executiva, desde o último encontro, noticiando a visita ao Deputado Euler Ribeiro, Relator do PEC 33 e ao Ministro da Previdência, assegurando ambos que à Magistratura Nacional será dispensado tratamento especial no regime previdenciário; disse ainda que o Deputado Ibrahim Abi-Ackel conseguiu colocar o projeto sobre Juizados Especiais na pauta do início do mês em curso, informando que o projeto, após retirado de pauta, voltará a ser apreciado dentro de poucos dias; que o Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente da Corte Suprema, informou, autorizando-o a transmitir ao Colégio, que, muito em breve, serão enviados ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, três projetos de interesse do Judiciário: um sobre a Justiça do Trabalho, outro sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e o terceiro sobre o Conselho Nacional da Magistratura; noticiou, finalmente, o interesse manifestado em Minas Gerais pelos Governadores Estaduais sobre o projeto da Reforma do Estado, oriundo do Ministério da Administração; concluídas as comunicações, submeteu ao Colégio e à sua apreciação os pareceres apresentados pela Comissão previamente constituída sobre as propostas apresentadas à Comissão Executiva sobre o Projeto do Estatuto da Magistratura, explicando a sistemática da votação. Os trabalhos se desenvolveram nos dias dezoito e dezenove, tendo o Colégio aprovado propostas de emendas nos seguintes artigos: 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 33, 35, 38, 45, 48, 53, 55, 58, 59, 67, 68, 92, 97 e 100, tendo sido rejeitadas as demais proposições, decidindo que as aprovadas serão encaminhadas ao Exmo. Sr. Dr. Ibrahim Abi-Ackel, Relator do Projeto na Câmara dos Deputados. O Colégio aprovou, à unanimidade, moção de solidariedade ao Desembargador Milton Martins, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul pelos ataques e infundadas acusações de nepotismo. O Colégio aprovou, à unanimidade, a redação de “Carta de João Pessoa” da lavra do Desembargador Milton Martins. Decidiu, finalmente, designar para os dias cinco, seis e sete de outubro vindouro a próxima reunião na Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo. Os Ministros Romualdo Buenos de Souza e José Néri da Silveira ressaltaram a proveitosa reunião e reafirmaram suas confianças no Poder Judiciário dos Estados da Federação. Em nome do Colégio, o Desembargador Feu Rosa, do Espírito Santo, agradeceu a hospitalidade do anfitrião, dirigindo merecidos emômios pela organização e presteza com que preparou a reunião. O Presidente do Colégio renovou os agradecimentos, estendendo-os aos Ministros presentes, tendo sido, então, declarado encerrado o encontro pelo Desembargador Antônio Elias Queiroga. Nada mais havendo, eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário designado, lavrei a presente ata que, aprovada, vai devidamente assinada.

Seguem assinaturas.